

## **COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.437, DE 2011**

*Altera a redação do art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre o emprego doméstico, para estabelecer critérios para o cálculo dos dias de férias a serem concedidos ao trabalhador doméstico em função das faltas injustificadas ao serviço durante o período aquisitivo.*

**Autor:** Deputado RONALDO NOGUEIRA

**Relator:** Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA

#### **I – RELATÓRIO**

Vem a este órgão colegiado o Projeto de Lei de nº 2.437, de 2011, de autoria do Sr. Ronaldo Nogueira, que *“altera a redação do art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre o emprego doméstico, para estabelecer critérios para o cálculo dos dias de férias a serem concedidos ao trabalhador doméstico em função das faltas injustificadas ao serviço durante o período aquisitivo.”*.

Após despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, a proposta vem à Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público para análise do seu mérito trabalhista. Após designação de relatoria, foi promovida a abertura de prazo para emendas, mas esse transcorreu em branco.

É o relatório.

#### **II – VOTO**

Na forma do disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conforme art. 32, XII, “a”, cabe a esta Comissão Permanente a análise de matéria trabalhista, seja urbana, seja rural, no que tange o seu mérito. Sendo assim, passamos ao parecer tratando dos juízos de conveniência e oportunidade da proposição.

Em primeiro lugar devemos destacar o quão louvável é a iniciativa do nobre parlamentar quando da edição da presente proposição. É por óbvio que o tratamento isonômico do trabalhador doméstico em relação aos demais é direito e garantia constitucionais, mas, conforme bem destacado, deve ser aplicado também em relação às obrigações do indivíduo.

Não é justo estender um direito e “esquecer” de aplicar a regra às obrigações do trabalhador para com o seu empregador. Se aquele falta, é mais do que dever, é questão de ética ser-lhe aplicado restrição de direito do gozo das férias integrais. E tal medida não prejudicará em nada esse cidadão. Muito pelo contrário, lhe dará mais responsabilidades perante a sociedade e aquele que contrata seus serviços.

Portanto, com base em todos os fundamentos apresentados acima, como relator nesta Comissão, opino, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.437, de 2011.

É como voto.

Sala das Comissões, 29 de março de 2012.

**LAÉRCIO OLIVEIRA**  
Deputado Federal – PR/SE  
Relator